



## Sinaes completa 20 anos e passa por estudos de aperfeiçoamento

Luís Fortes/MEC

Neste mês de abril, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) completou 20 anos. Além de celebrar os avanços no processo avaliativo nessas duas décadas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem realizado estudos para o aperfeiçoamento do Sinaes, incluindo a revisão dos instrumentos avaliativos da educação superior, a reformulação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e a criação de um exame específico para os cursos de formação de professores.

"Ao longo dessas duas décadas, o Sinaes tem sido um instrumento fundamental para aprimorar a qualidade e a relevância dos cursos e instituições de ensino superior no Brasil. Nenhuma política pública pode ser construída sem metas, sem dados, sem resultados e sem avaliação", frisou o ministro da Educação, Camilo Santana, durante evento de celebração dos 20 anos do Sinaes. "Além de comemorar o estabelecimento dessa sólida cultura de avaliação da educação superior, é preciso aproveitar para refletir sobre quais são os nossos desafios atuais num sistema que se expandiu de uma forma tão significativa", disse Marta Abramo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

Uma das mudanças que serão implantadas já neste ano é a avaliação anual das licenciaturas, por meio do Enade. "É preciso aprimorar a avaliação da formação inicial dos professores. Vamos começar neste ano com a introdução de uma

série de novidades neste processo, com o objetivo de apoiar todas as instituições que atuam na área", ressaltou o presidente do Inep, Manuel Palácios. "Ao final de 2024, queremos ter a certeza de que o trabalho dessas instituições consiga avançar para um novo padrão de qualidade e de cuidado com a formação de professores", projetou.

Durante a divulgação dos resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2022, o diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep, Ulysses Teixeira, explicou que a ideia é fazer melhorias no Sinaes e desenvolver uma cesta de indicadores que permita acompanhar as características específicas dos cursos e as diferentes missões institucionais. "Esse é o sistema mais longo de avaliação da educação superior que o Brasil já teve e é um sistema muito completo e até complexo, que permite jogar luz sobre a atuação dos cursos das instituições de educação superior brasileiras", sustentou.

Um dos aprimoramentos defendidos pela AMIES em reuniões com o MEC e o Inep é a necessidade de responsabilizar os estudantes pela nota na avaliação do Enade. No formato atual, os alunos não são afetados pelo resultado final do Enade e, por isso, nem sempre se dedicam com afinco à prova, não refletindo a realidade da IES e podendo até prejudicar a avaliação da instituição. Uma das propostas apresentadas pela Associação foi a de o desempenho no Enade ser incluído no histórico escolar ou de a nota ser considerada para o ingresso em programas de mestrado e

doutorado.

No Inep, há estudos para verificar a possibilidade de medir e monitorar outras características da educação superior, como a eficiência das instituições (preenchimento de vagas, permanência, conclusão); o acompanhamento dos egressos; as condições de oferta específicas de cursos EAD; e a produção de indicadores por área de conhecimento. Além disso, o Inep pretende fazer o aperfeiçoamento dos questionários do Enade, para gerar indicadores específicos para a avaliação dos estágios supervisionados. Entre as pontuações que estão sendo estudados pelo Inep, está ainda a possibilidade de o Enade englobar o desenvolvimento de habilidades mais gerais e não relacionadas à formação específica. “Hoje, muitas instituições acabam pensando o currículo do curso conforme o conteúdo do exame (a exemplo dos cursos de tecnologia). A mudança traria maior proximidade com a lógica do mercado, ainda que, em algumas áreas (como saúde e formação de professores) seja necessário aplicar os conhecimentos específicos”, explicou Ulysses Teixeira. Outro ponto seria sobre a avaliação *in loco* das instituições. “Queremos que ela seja pensada como uma rotina para avaliar as condições de oferta da educação, e não somente uma visita no sentido regulatório, trazendo um olhar mais qualitativo e detalhado”, ressaltou. Nesse sentido, a proposta é buscar, por exemplo, quais experiências comuns a alguns cursos (como medicina e odontologia) poderiam compor índices que fornecessem resultados mais qualitativos do que quantitativos.

Além disso, a ideia é diversificar o sistema de avaliação, trazendo dados do Censo, das avaliações *in loco*, do Enade, entre outros. “Outro exemplo seria o aproveitamento dos resultados do Cine Brasil, que contém as propostas e projetos pedagógicos das instituições”, disse ele. “Na avaliação do estágio, queremos realizar uma avaliação sob diferentes perspectivas, como a do professor e a do estudante. Essa avaliação não iria compor o conceito Enade, mas teria finalidade de diagnóstico da educação”, ressaltou.

O planejamento é de que em junho o Inep inicie uma jornada de diálogo para ouvir todas as partes interessadas em contribuir com o aprimoramento do modelo avaliativo. “Estamos abertos ao diálogo, à construção coletiva, ao aprimoramento, e esperamos encontrar nas IES parceiras para os próximos passos, para que o Sinaes continue relevante e traga cada vez resultados mais interessantes para a educação superior do Brasil”, finalizou Teixeira.

**Sinaes** - O sistema foi criado pela Lei 10.861, de 2004. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep. Atualmente, o Brasil possui 2.595 instituições de ensino superior, quase 45 mil cursos e 9,4 milhões de matrículas na educação superior. Nesse contexto, o Sinaes possibilita traçar um panorama da educação superior brasileira. Os resultados também são utilizados para subsidiar inúmeras políticas públicas de regulação, supervisão, financiamento e indução da qualidade da educação.



Ao longo de duas décadas, o Sinaes tem sido um instrumento fundamental para aprimorar a qualidade e a relevância dos cursos e das IES no Brasil. Nenhuma política pública pode ser construída sem metas, sem dados, sem resultados e sem avaliação. Isso nos permite entender melhor as necessidades e os desafios, para trabalhar de forma mais eficaz e promover melhorias.

Camilo Santana, ministro da Educação.



Sem dúvida, o Sinaes representou um avanço para o país. E agora, além de comemorar o estabelecimento dessa sólida cultura de avaliação da educação superior, é preciso aproveitar para refletir sobre quais são os nossos desafios atuais num sistema que se expandiu de uma forma tão significativa nessas duas décadas.

Marta Abramo, secretária da Seres.

# CNE limita atividades remotas de cursos de formação de professores



O Conselho Nacional de Educação aprovou, em março, o [parecer 4/2024](#), que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica. O documento, que aborda cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura, aguarda homologação do Ministério da Educação.

A AMIES têm acompanhado as resolutivas do CNE e inserido as instituições de ensino independentes nas discussões, a nível nacional, sobre os marcos regulatórios do setor.

O texto propõe um currículo dividido em núcleos. O primeiro aborda estudos de formação geral. O segundo trata sobre o aprofundamento dos conteúdos específicos das áreas de atuação profissional. O terceiro abrange as atividades acadêmicas de extensão, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares. O último núcleo é o Estágio Curricular Supervisionado. O documento determina que, pelo menos, 50% da carga horária dos cursos devem ser cum-

prida de forma presencial, inclusive para as graduações a distância. No caso, tanto o estágio curricular supervisionado quanto as atividades acadêmicas de extensão devem ser realizados, integralmente, de forma presencial. A proposta admite que a formação geral e metade da formação específica para a atuação profissional seja feita remotamente.

De acordo com a proposta de resolução, os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar no prazo de dois anos. Caso o parecer seja homologado pelo MEC, os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Para o CNE, as mudanças sugeridas são necessárias para garantir a implementação de "currículos alinhados com as necessidades educacionais, práticas de excelência em sala de aula, práticas formativas que favoreçam a relação orgânica entre teoria e prática e parcerias entre instituições de ensino e escolas".

No MEC, AMIES participa de audiência sobre a política de educação especial do país

O presidente da AMIES, Moses Rodrigues, participou de reunião com o ministro da Educação, Camilo Santana, e a presidente da Federação das Apaes do Estado de São Paulo, Cristiany de Castro. Na ocasião, também estiveram presentes o diretor do Centro Universitário Santa Cecília (Unicea) e procurador jurídico da Feapaes-SP, Paulo Rodrigues Vieira; e o reitor do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (Unileão), Jaime Romero de Souza.

Durante a audiência, foram apresentados os trabalhos voltados para a educação especial realizados pelas Apaes do Estado de São Paulo. Camilo Santana abordou as ações do MEC voltada às pessoas com deficiência e informou que o parecer 50/2023 do Conselho Nacional de Educação está em fase de homologação. O documento trata sobre orientações específicas para a educação especial, no que tange ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A audiência foi agendada pelo presidente da AMIES, Moses Rodrigues, que acompanhou toda a reunião e as temáticas discutidas. A Associação tem participado ativamente de discussões com o Poder Público a fim de garantir a qualidade da educação no país, em todos os níveis de ensino.



# Capes institui o Censo da Pós-Graduação do Brasil

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) instituiu o Censo da Pós-Graduação *stricto sensu* do país. A medida, concretizada por meio da [portaria 99/2024](#), visa coletar dados que servirão para embasar tomadas de decisões e condução de políticas públicas, em especial as de ações afirmativas, e englobará todos os cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação.

O documento estabelece como partes integrantes do Censo os dados demográficos e aqueles relacionados às condições socioeconômicas, culturais, étnico-raciais, de gênero e da educação especial, além de informações referentes às atuações por área do conhecimento. A pesquisa ocorrerá via formulário eletrônico e o fornecimen-



to das informações será obrigatório tanto para docentes quanto para discentes. De acordo com a Fundação, o calendário será divulgado em breve.

Após a divulgação do resultado do Censo, as informações passarão a figurar como estatísticas oficiais. Para a presidente da Capes, Denise Pires de Carvalho, a iniciativa simboliza um avanço importante para a melhoria contínua do Sistema

Nacional de Pós-graduação brasileiro. "O Censo da Pós-Graduação é mais do que uma medida de avaliação. É uma ferramenta estratégica para fomentar a necessária mudança qualitativa na educação superior, impulsionando o Brasil em direção a um futuro em que a equidade e a excelência educacional serão acessíveis a toda a sociedade", frisou, em artigo.



Desde que foi lançado, em novembro de 2023, o Desenrola do Fies já beneficiou 253.142 pessoas que deviam ao Fundo de Financiamento Estudantil. As renegociações são referentes aos contratos firmados até 2017 e com débitos em 30 de junho de 2023. Até o momento, já foram renegociados R\$ 11,5 bilhões em dívidas, resultando em um saldo de dívida posterior de cerca de R\$ 2,18 bilhões. Apenas com a parcela de entrada, o retorno aos cofres públicos foi de aproximadamente R\$ 475,6 milhões, segundo balanço de abril.



Dois a cada dez jovens brasileiros com idades entre 15 e 29 anos não concluíram o ensino básico. Os dados da pesquisa sobre o perfil do jovem que abandona os estudos - divulgada pela Fundação Roberto Marinho e pelo Itaú Educação e Trabalho, revelam que cerca de 9,8 milhões de pessoas estão nesta situação em todo o país. O estudo também mostra que mais de 200 mil jovens nunca frequentaram uma sala de aula, tornando ainda mais urgente as ações para ampliar a escolarização nesta faixa etária.



O Senado recebeu do governo federal o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária. A proposta institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS) e contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma. Um segundo texto, deve ser enviado ao Congresso na primeira quinzena de maio, para tratar da atuação do Comitê Gestor do IBS e da distribuição das receitas do imposto entre os entes federativos.

## MERCADO

» Grupos de ensino superior se preparam para nova onda de **consolidação no setor**. Grupos como Cruzeiro do Sul, Vitru, Yduqs e Clariens, do Mubadala, analisam fusão. Alguns deles já estão com assessores financeiros para dar andamento a essas tratativas. Entre 2015 e 2022, a receita líquida do setor de ensino superior (considerando apenas graduação) caiu de R\$ 71 bilhões para R\$ 58 bilhões. Essa queda de 18,3% é devido à redução do Fies e à crise econômica. Os nove maiores grupos do país - Afya, Ânima, Cruzeiro do Sul, Kroton, Ser Educacional, Vitru, Yduqs, Unip e Uninove - detêm 58% de participação de mercado.

» Mudanças em cursos de **ensino a distância** não têm efeitos negativos de longo prazo para empresas, dizem analistas. Yduqs e Vitru devem se adaptar mais facilmente à nova regra para licenciaturas e pedagogia.

» **Cogna e Mackenzie** fazem aliança para pós-graduação digital. Dona da Kroton será responsável pela gestão financeira dos cursos, matrículas, além da capacitação de professores e o uso de estúdios para a gravação das aulas.

## Prazo para cadastramento de propostas de cursos de medicina segue até julho



O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), abriu o cadastramento das propostas referentes à Chamada Pública para autorização de cursos de medicina no país. O prazo seguirá até as 23h59 do dia 5 de julho de 2024.

As mantenedoras de instituições de educação superior devem submeter as propostas na plataforma **Sistema Avaliação Mais Médicos**. Na página dedi-

cada ao **chamamento público**, o MEC disponibilizou o Manual de Submissão de Propostas, na seção de documentos.

Pelo cronograma vigente, após o cadastramento das propostas, está previsto o saneamento documental para ocorrer entre 21 e 30 de agosto. O resultado preliminar sai em 5 de dezembro. Os recursos deverão ser interpostos entre 6 e 19 de dezembro. A divulgação e homologação do resultado final será em 18 de março de 2025.

## MEC e Capes criam programa para atrair pesquisadores da América Latina e do Caribe

A fim de atrair pesquisadores da América Latina e do Caribe e apoiar a internacionalização da pós-graduação brasileira, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criou o Programa *Move La América*. A iniciativa terá a primeira seleção já em 2024, com a concessão de 300 bolsas de mestrado-sanduíche e 200 de doutorado-

sanduíche para que estudantes dos outros países da região complementem seus estudos no Brasil.

Os objetivos do programa incluem apoiar e fortalecer programas de cooperação entre instituições de dentro e de fora do País; dar mais visibilidade à produção científica nacional; e incentivar parcerias entre pesquisadores do Brasil e do exterior.

## EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).